

Medida não cria riscos, diz autor

Não foi inspirada no ministro do Planejamento, Delfim Netto, mas em opiniões dos ex-ministros Otávio Gouvêa de Bulhões e Mário Simonsen e do senador Roberto Campos, bem como em artigos e opiniões de técnicos no assunto, a emenda apresentada pelo senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) ao projeto do governo dispendo sobre a rescisão do contrato de trabalho e seus efeitos, conforme explicou, ontem, o próprio parlamentar. A emenda do senador governista permite que o trabalhador escolha entre receber o reajuste salarial semestral e negociá-lo diretamente com seu empregador.

O senador Jutahy Magalhães negou ter recebido qualquer orientação do governo sobre a emenda, pela qual os acordos entre empregados e patrões prevalecerão sobre as leis trabalhistas e salariais. A informação foi confirmada pelo líder do PDS no Senado, Aloysio Chaves, com a explicação de que a liderança partidária "se reserva o direito de examinar a proposta oportunamente". Já o relator do projeto do governo, senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), explicou não ter ainda examinado a emenda, mas disse que a iniciativa "tem características estranhas, já que permite ao empregado — à revelia da lei — aceitar a redução de seu salário".

Também a presidenta nacional do PTB, deputada Ivete Vargas, informou não ter ainda analisado a emenda do senador pela Bahia, mas observou "ter medo dessas coisas, porque sabemos que as opções que o empregado pode fazer são, na prática, limitadas por sua própria fraqueza". Contudo, disse que vai examinar a questão cuidadosamente.

Enquanto isso, o senador Jutahy Magalhães mostrou-se surpreso com a curiosidade despertada por sua emenda, explicando que ela é fruto, também, de suas reflexões pessoais sobre o problema. "Há muito tempo se fala na lei salarial, que votamos debaixo de valas e, de repente, ficou intocável. Também se fala em negociação direta, mas sempre com a observação de que os sindicatos não estão suficientemente aparelhados para a iniciativa. Assim, resolvi dar minha contribuição", explicou Jutahy.

"Não sendo técnico no assunto", continuou o senador, "aproveitei idéias contidas em opiniões do senador Roberto Campos e dos ex-ministros Mário Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões, além de artigos que vêm sendo publicados pela imprensa e em conversas isoladas com técnicos no assunto".

O senador Jutahy Magalhães explicou, ainda, que a emenda foi preparada por sua assessoria, com auxílio de técnicos do governo que atuam na área, mas não como representantes do governo. Ele garantiu desconhecer o pensamento do Palácio do Planalto sobre sua proposta, mas admitiu esperar que ela venha a ser apoiada pelo governo.

Para o senador governista, sua emenda não cria riscos para o trabalhador, forçando-o a aceitar sempre reajustes menores do que os estipulados em lei, sob a alegação de que a empresa enfrenta dificuldades econômicas, "porque ele só usará essa alternativa se desejar, e a empresa não poderá obrigá-lo a aceitar a negociação direta".

O prazo para apresentação de emendas ao projeto do governo terminou quarta-feira. Foram apresentadas 57 propostas de modificação no projeto oficial, entre eles alguns substitutivos. O relator tem prazo até o dia 2 de agosto para apresentar seu parecer, enquanto a tramitação no Congresso encerra-se no dia 22 do mesmo mês. Se não for votado até essa data, será incluído na ordem do dia do Congresso por dez sessões consecutivas. Se ainda assim não for votado, será considerado aprovado por decurso de prazo em seu texto original.